

A Polônia quer obter melhores condições para o reescalonamento

por Leslie Collett
do Financial Times

A Polônia, quando renegociar suas dívidas de 1982 e 1983, no próximo mês, espera receber "condições melhores" do que as oferecidas para o reescalonamento da dívida de 1981, segundo afirma o chefe do departamento do exterior do Ministério das Finanças, Zbigniew Karcz. As negociações com os credores ocidentais foram rompidas — pelo Ocidente — em janeiro do ano passado, após o governo de Varsóvia optar pela lei marcial.

"Os governos credores de Varsóvia — reunidos no Clube de Paris — devem levar em consideração que a 'situação é pior' do que quando as conversações foram suspensas", disse Karcz. "A Polônia", observa, "perdeu parte da capacidade de exportar depois que os créditos ocidentais foram cortados." Karcz observa que os governos ocidentais devem fornecer novas linhas de crédito e adiar por mais tempo os pagamentos para que seja garantida a capacidade da Polônia de restituir suas dívidas futuras.

A Polônia deve cerca de US\$ 25 bilhões ao Ocidente, dos quais quase metade foi contraída junto aos governos e, o restante, junto a bancos comerciais. Karcz é o chefe da comissão do governo polonês que negocia o reescalonamento da dívida e é bem conhecido dos banqueiros ocidentais.

Numa entrevista concedida ao Financial Times, ele observou que a Polônia pretende conseguir uma

operação de reescalonamento de dez a quinze anos, diante dos oito anos aprovados em Paris para a dívida de 1981 junto a governos ocidentais. O governo também tentará obter um período de carência mais extenso do que os quatro anos aprovados em 1981.

"A Polônia", observou Karcz, "está 'no mesmo cesto' dos países como a Turquia e a Indonésia, onde as fórmulas de reescalonamento incluíram novos créditos e deram certo. Um acordo poderia ser alcançado entre Varsóvia e governos credores ocidentais em um ou dois anos de negociações", afirmou, acen-tuando de ele teria que incluir o restabelecimento dos créditos de commodities garantidos por governos à Polônia que, em 1981, atingiram US\$ 4,9 bilhões.